

Programas educativos e práticas integradas ao patrimônio cultural: atualizando o debate

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues

Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal. Diretora Executiva do Instituto Olho D'Água - Piauí. Coordenadora do Núcleo de Acervos e Educação Patrimonial do Grupo Documento (SP). Pesquisadora do Instituto Terra e Memória – PT e Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre a relevância do desenvolvimento de programas educativos voltados para o ensino do patrimônio cultural, para promover a integração e apropriação das comunidades locais aos conhecimentos patrimoniais. Para tanto, teceremos sobre os principais certames legais na política de preservação patrimonial no Brasil, tendo a inserção da educação como principal indutora. Em seguida, abrindo o horizonte da discussão apresentam-se quatro experiências educacionais desenvolvidas por instituições não governamentais em regiões (continentes) socioculturais e geograficamente distintas do globo terrestre, são elas: Europa, América do Norte e América do Sul, com o objetivo de ilustrar a sinergia dessas experiências, pois mesmo em contexto distintos, vem promovendo a integração e o engajamento social na defesa e difusão do patrimônio cultural nas suas nações e/ou regiões.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; programas educativos; políticas culturais.

Educational programs and practices integrated into cultural heritage: updating the debate

Abstract: This paper presents a reflection about the relevance of the development of educative programs for cultural heritage education. That is to say the promotion of the integration and acquisition of local communities to the heritage knowledge. Therefore, regarding education as the major prompting factor, we will discuss about the main legal contests in the heritage preservation policy in Brazil. Then, opening up new horizons of discussion, four different educational experiences developed by non-governmental institutions and in socio-cultural and geographically different regions (continents) are presented. They have been located in Europe, Northern America and Southern America. The main objective was to illustrate the synergy of these experiences, since, although inserted in different contexts, they have promoted the integration and social engagement in the defense and diffusion of the cultural heritage in their countries and/or regions.

Keywords: Cultural heritage; educative programs; cultural policies.

Introdução

Nas últimas duas décadas, programas educativos tornaram-se parte integrante de uma estratégia à preservação, proteção, disseminação e fruição do patrimônio cultural em todo o planeta.

Nas palavras de Habermas (1990 *apud* Demo, 2010, p. 10), “a educação é o fator que moderniza mais e melhor, porque é capaz de conjugar o avanço com os patrimônios culturais ou de postar o homem como sujeito da sua própria modernidade”. Numa sociedade moderna, em franco desenvolvimento, preservar a sua história e identidade cultural materializada nos monumentos, sítios arqueológicos, nas festas tradicionais, modos de vida, entre outros, é condição *sine qua non* para o bem comum.

Leis, decretos, instruções normativas, recomendações nacionais e internacionais têm motivado cada vez mais a inserção de Programas Educativos nas agendas de políticas culturais como força motriz para que ocorram mudanças de posturas da sociedade no que concerne ao (re)conhecimento, à proteção e às fruição do patrimônio cultural, pois, “quanto maior o grau de cultura de um povo, maior valor será reconhecido ao seu patrimônio cultural” (SANTOS, 1998, p. 1).

Por essa razão, os Programas Educativos desenvolvidos na rubrica do patrimônio cultural precisam provocar nos sujeitos a participação integrada e a capacidade de refletir sobre a sua realidade – nesse diálogo, a comunidade poderá ver reconhecidos os seus saberes, os seus costumes e a sua cultura tradicional muitas vezes silenciada e alijada. A interlocução desses saberes com o conhecimento legitimado pela ciência se dá no sentido de abrir caminhos à consciência crítica (SANTIAGO, 2012, p. 4).

As reflexões sobre educação apoiadas nos pensamentos de Freire – embora as tenham produzido no século XX, são bastante contemporâneas – mostram-nos que é atual pensarmos nesses programas educativos, na perspectiva da construção do conhecimento de forma colaborativa, visto que só é possível conhecer quando se deseja, quando se quer, quando se envolve profundamente no que se aprende. Aprendemos história não para acumular conhecimentos, datas, informações, mas para saber como os seres humanos fizeram a história para fazermos história (FREIRE, 1993; GADOTTI, 2000). Nesse aspecto, o diálogo com o passado é importante para entendermos quem somos hoje, como se deu a construção da nossa identidade individual e coletiva.

Desse ponto de vista, é preciso atentar-se para programas educativos em que a comunidade seja vista como parceira ativa e não como mera expectadora. Essa abordagem, portanto, para além de ações educativas, devem transcender questões da musealidade, dos centros de memória, dos arquivos e de outras formas institucionalizadas de preservação patrimonial, para provocar mudanças e transformações necessárias (RODRIGUES, 2016). Tais mudanças são possíveis por meio do diálogo; e todos os envolvidos nesse processo são agentes ativos e, sobretudo, preservadores patrimoniais.

Essa colaboração poderá embasar-se no conhecer compartilhado, por meio de uma pedagogia do “diálogo”, da autonomia, da “liberdade”, da “emancipação”, das trocas, do encontro, da escuta, das redes solidárias, como bem defendia Paulo Freire (2001; 2004). Assim, esses programas (voltados para o patrimônio cultural) devem promover a integração e a apropriação da sociedade aos conhecimentos patrimoniais. Obviamente, deverá haver constante monitoramento dos vínculos entre os programas para garantir o máximo de sinergia com os resultados positivos.

Deve, além disso, fomentar nos sujeitos o senso crítico e as soluções de problemas, no enfrentamento dos dilemas e desafios à preservação do patrimônio cultural. Uma gestão integrada e simétrica entre todos os envolvidos nesse processo é

recomendada por especialistas que desenvolvem programas de educação e patrimônio cultural em comunidades: Rodrigues (2016), Campos (2015), Brugnera (2015), Robrhan-Gonzalez (2013), Oosterbeek (2010), Atalaya (2010), entre outros.

Atualizando o debate sobre essa temática, o artigo busca focar o assunto em dois momentos. Primeiro, iremos elencar os marcos legais, mostrando os precedentes e os avanços atuais na política de preservação patrimonial no Brasil, tendo a inserção da educação como principal indutora. Em seguida, por entendermos que devemos abrir o horizonte da discussão, selecionamos quatro experiências educacionais desenvolvidas por instituições não governamentais em regiões (continentes) socioculturais e geograficamente distintas do globo terrestre, são elas: Europa, América do Norte e América do Sul, com o objetivo de ilustrar a sinergia dessas experiências, pois mesmo em contextos distintos, vem promovendo a integração e o engajamento social na defesa e difusão do patrimônio cultural nas suas nações e/ou regiões.

Marcos históricos e normativos no Brasil

Para a Constituição Federal Brasileira de 1988, somam ao patrimônio cultural todos os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ou seja, é a produção dos seres humanos nos seus diversos aspectos: emocional, intelectual, material, além de todas as coisas existentes na natureza.

Em linhas gerais, quando tratamos de bens culturais nos remetemos às formas de conhecimento passadas de geração a geração, às coisas que criamos à memória oral, às danças, à alimentação, às festas. É através desses bens que se pode conhecer a história, os modos de viver, as expressões artísticas, pertencentes a cada grupo humano, e que os diferem entre si no tempo e no espaço (RODRIGUES, 2011, p. 28).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o patrimônio cultural é definido como:

O conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e

atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos na poesia que declamamos nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

Para preservar esse conjunto de manifestações culturais foram criadas diversas políticas de proteção do patrimônio cultural, dentre as quais a educação para o público. Ainda em 1930, Mário de Andrade, já no seu anteprojeto para criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sinalava a realização de ações educativas como estratégia de preservação patrimonial nos museus. Desde então, o próprio órgão regulador tem empreendido esforços no sentido de fomentar ações educativas com um forte arcabouço conceitual e metodológico apoiado por seminários, leis, decretos, cursos e publicações, como veremos mais adiante (RODRIGUES, 2016).

Porém, é possível afirmar que o primeiro debate público sobre Educação Patrimonial (termo utilizado pelo guia básico do Iphan) no Brasil aconteceu em 1980, no Seminário “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, ocorrido no Museu Imperial em Petrópolis. Tal evento foi inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra – *Heritage Education*. Desse evento, surgiu o Guia Básico de Educação Patrimonial, tornando-se, por muitos anos, a principal referência em Educação Patrimonial no Brasil, tendo como principais expoentes Horta, Grumberg e Monteiro, 1999.

O cerne conceitual desse Guia, segundo Horta *et al.*, visa a estimular as comunidades, escolas e demais grupos de interesse, sobre o conhecimento crítico e a apropriação consciente do seu patrimônio para o fortalecimento de laços afetivos e identitários, em um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural ((HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999). Obviamente que, para alcançar tal

intento, a Educação Patrimonial deve acontecer de forma colaborativa entre interlocutor e receptor (professor e alunos; pesquisador e comunidade).

O trabalho dos referidos autores, digno de nota, configurou-se como o primeiro passo em busca da consolidação da educação centrada no patrimônio cultural no Brasil. Conseqüentemente, avançou-se nos debates dentro de uma agenda nacional.

Em 2002, foi criado, por meio da portaria nº 230/02, o Iphan, que legalizou a obrigatoriedade da Educação Patrimonial tornando-a um elemento fundamental durante etapas de pesquisas arqueológicas preventivas, em áreas nas quais haverá empreendimentos de grande porte, pelas diversas fases do licenciamento ambiental. Sua regulamentação é válida também para outras iniciativas no âmbito da pesquisa e nos investimentos acadêmicos (BASTOS, 2007; RODRIGUES; SOUSA, 2016). A portaria interministerial nº 419/2011 veio para enfatizar essa obrigatoriedade em todas as etapas do licenciamento, envolvendo ações de divulgação, inclusão e socialização do patrimônio arqueológico.

Ainda no cerne dos estudos de licenciamento ambiental, uma nova instrução normativa do Iphan, de nº 01/2015, determina, entre outros, a obrigatoriedade de desenvolvimento de um projeto de Educação Patrimonial específico, prevendo metodologia, atividades e corpo próprio de profissionais.

Nesse locus de Preservação do Patrimônio Cultural, o Iphan cria, no ano de 2004, em cooperação com a Unesco, o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP). Em 2011, esse programa é transformado em mestrado profissional com anuência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e do Ministério da Educação, por meio da portaria nº 978, de 27 de julho de 2012. A proposta, tanto da especialização quanto do mestrado, assenta na formação interdisciplinar voltada para profissionais graduados em múltiplas áreas do conhecimento na lida da preservação patrimonial.

As coordenadoras do programa, Motta e Sorgine, destacam que a ideia do PEP é:

Capacitar profissionais para a análise crítica, formulação e desenvolvimento de ações de preservação, a partir de um conhecimento geral e abrangente que envolva aspectos sociais, históricos, jurídicos e metodológicos aplicados ao campo. Trata-se de proposta que considera problemas complexos ora em discussão no

campo do patrimônio, já apontados internacionalmente desde a década de 1970,¹ como a intensificação das disputas e tensões pela patrimonialização de bens culturais, a sua apropriação pelo mercado e a globalização, envolvendo questões de identidade e ameaças à diversidade cultural, que contribuíram para ampliar as práticas de preservação, bem como os estudos sobre elas. Novos objetos foram incluídos entre as preocupações das políticas culturais, tanto na governança global, tendo como liderança a Unesco, quanto nos âmbitos nacional, regional e local. No Brasil, a diversificação e ampliação das práticas de preservação, envolvendo novos tipos de bens e diferentes formas de compreender e lidar com aqueles tradicionalmente contemplados pelas políticas de patrimônio, vem representando um desafio para a preservação em suas diversas áreas, entre elas a da formação e qualificação de recursos humanos para o campo (MOTTA; SORGINE, 2015, p. 379).

O PEP vem contribuindo significativamente, abrindo vagas em seus editais para atividades relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico, dentre as quais se destacam as atividades de educação, envolvendo um legado conceitual e prático.

As autoras destacam o projeto do Escritório Técnico do Iphan do Piauí, que salienta a importância de procedimentos educativos para estabelecer uma nova relação entre a população do entorno do Parque da Serra da Capivara e aquele patrimônio, minimizando as tensões que se configuraram desde a criação do parque, quando famílias foram removidas do lugar. E, igualmente, o projeto do Escritório Técnico de Laguna, em Santa Catarina, solicitou bolsistas para dar andamento aos projetos com a rede pública municipal de educação e a participação em proposição de referenciais para o desenvolvimento de ações de educação em projetos de arqueologia empresarial,

¹ No campo do patrimônio cultural, essa preocupação é explicitada em 1976, na *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, da Unesco, realizada em Nairóbi, no Quênia. Esse documento expressa uma preocupação com o processo de homogeneização das culturas, em consequência da padronização da produção do mundo moderno, enfatizando os “perigos da uniformização e da despersonalização que se manifesta contemporaneamente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade”. *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*. Conferência Geral da Unesco, 19ª Sessão. Nairóbi, 26 de novembro de 1976 (CURY, 2004, p. 217).

incluindo o levantamento, a organização e a sistematização das informações referentes a essas ações de educação em âmbito nacional (MOTTA; SORGINE, 2015, p. 419).

A Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan tem se dedicado, com afinco, a pensar estratégias e meios de realizar iniciativas que dialoguem com a sociedade no que se refere às políticas de preservação patrimonial, tendo a educação como mote central desse processo. Dentre as suas iniciativas destacam-se:

- O projeto das Casas de Patrimônio: está fundamentado na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o órgão, a sociedade e os poderes públicos locais, cujos objetivos se assentam em:

Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo patrimônio; identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural; incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais; incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais; fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 5-6).

- O I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas de Patrimônio, em 2009, reuniu estudiosos de várias regiões do Brasil em torno de um debate, a fim de elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, propondo a criação de instrumentos legais e administrativos com foco na sustentabilidade da iniciativa. A culminância das discussões coletivas originou-se na Carta de Nova Olinda, que se traduz em um documento com propostas de relacionamento entre Iphan,

sociedade e poderes locais, tendo as casas de patrimônio como espaço de interlocução com as comunidades (NOVA OLINDA, 2009).

- A publicação Patrimonial: histórico, conceitos e processos (desenvolvida pela área da Ceduc). Em síntese, a obra dividida em três partes, aborda: a trajetória de ações educativas dentro do Iphan; os fundamentos conceituais que amparam a política cultural na área; e, por fim, a inserção da temática do patrimônio cultural na educação formal dentro dos macroprocessos da instituição (IPHAN, 2014);
- Educação Patrimonial: Inventário de Participação – Manual de Aplicação: É uma publicação didática, *online*, que incentiva uma discussão acerca do patrimônio cultural, estimulando as comunidades a identificar e valorizar as referências culturais locais. O material baseado no Inventário de Referências Culturais do Iphan mostra, de maneira didática, como as comunidades podem inventariar seus bens culturais (material e imaterial), com dicas, recomendações e o passo a passo para a pesquisa, inclusive com modelos de fichas inventário (FLORÊNCIO, 2016). É um material bastante rico e pode ser acessado por qualquer pessoa sem restrições de direitos autorais.

Recentemente, com o intuito de estabelecer marcos normativos no âmbito do Iphan, foram lançadas as Diretrizes da Educação Patrimonial, por meio da portaria 137/2016, art. 3º, com as seguintes determinações:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde,

desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar (IPHAN, 2016).

Essa portaria é vista como um avanço significativo à política de preservação patrimonial no Brasil, pois incentiva a participação comunitária colaborativa na execução das ações educativas, na valorização das peculiaridades culturais locais, dos modos de vida, dos lugares de referências culturais das comunidades, entre outros tantos. Essas diretrizes são também referências à atuação das Casas de Patrimônio do Iphan (IPHAN, 2016).

É oportuno reforçar que esses avanços ultrapassam o campo da educação não formal (em casas de cultura, casas do patrimônio, museus, programas educativos em instituições não governamentais etc.) para servir como subsídios para as ações no núcleo da escolar formal, como a inserção da Educação Patrimonial dentro do Programa Mais Educação do Ministério da Educação (MEC).

Uma parceria entre Iphan e Ministério da Educação (MEC) deu-se início, em 2001, e se consolidou em 2010 – com a participação do ministério no II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP), realizado em Ouro Preto (MG), em julho de 2011. Nesse momento deu-se então a inserção da Educação Patrimonial no Programa Mais Educação, integrado no macro campo Cultura e Artes do referido programa, que envolve temas associados às políticas federais desenvolvidas pelos ministérios parceiros, como o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Esporte, o Ministério do Meio Ambiente e a Controladoria Geral da União, entre outros.²

² O Programa Mais Educação foi criado pela portaria interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo decreto nº 7.083/10. Integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo sete horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. As escolas que aderirem ao programa recebem kits e verbas para levar adiante seus projetos (MEC, 2013). Acesso http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115.

Com isso, tem-se percebido uma integração nas práticas educativas no campo formal e informal do ensino, com experiências dignas de nota, em várias regiões do Brasil.

No que se refere ao campo formal da educação, a inserção da temática do patrimônio cultural na parte diversificada do currículo escolar, encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9.394/96, que, entre outros, dá autonomia para que os sistemas de ensino insiram no Projeto Político Pedagógico as peculiaridades culturais locais; os Parâmetros Curriculares incentivam a transversalidade e interdisciplinaridade.

A LDB foi alterada pelas leis nº 10.639/03 e 11.645/08³ – a primeira torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, e a segunda inclui o ensino da história e cultura indígena em todos os níveis da educação básica (fundamental e médio) nas instituições de ensino público e privado. A lei nº 11.645/08 vem trazer para a escola uma série de questões que antes eram silenciadas, ou simplesmente ignoradas pela comunidade escolar, tornando-se de fundamental importância para que haja um reconhecimento da pluralidade da sociedade brasileira, que foi e é formada por diferentes histórias e culturas (CRUZ; JESUS, 2013; RODRIGUES; SOUSA, 2016).

Constata-se, portanto, que os avanços nos marcos legais na política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, tendo a educação como principal mediadora, abrem um leque de possibilidades para um diálogo participativo das comunidades no empoderamento, na mediação de conflitos e na fruição social do patrimônio cultural, seja ele no âmbito local, regional ou nacional.

Programas educativos e práticas integradas no mundo

No setor internacional, o patrimônio cultural é orientado através das cartas patrimoniais, declarações, tratados e outros instrumentos legais. Os primeiros documentos elaborados que se referiam à proteção dos bens culturais foram a Carta de Atenas (1931 e 1933), a Carta de Veneza (1964) a Carta de Turismo Cultural (1976), a

³ Recentemente, setembro de 2016, foi publicada uma medida provisória, de nº 746, que entre outros altera a lei nº 9394/96 LDB, envolvendo o ensino médio e também mudanças no ensino fundamental, como o ensino da cultura afro-brasileira, alterando todos os parágrafos das leis nº 10.639 e 11.645. Como é uma medida que está sendo bastante polêmica nos debates atuais, não iremos nos aprofundar em tal questão nesse momento.

Carta de Lausanne (1990) e várias considerações do International Council on Monuments and Sites (Icomos), entre outras.

As cartas patrimoniais são representadas por uma coletânea com as principais recomendações das reuniões ocorridas em várias épocas e diferentes locais do mundo, relativas a discussões sobre a proteção do patrimônio cultural. Ressaltam, ainda, a educação para o grande público e discutem a qualificação dos profissionais que trabalham com os bens patrimoniais (CURY, 2004).

Oosterbeek (2010, p. 12) enfatiza que a educação centrada no patrimônio cultural, embora muitas vezes colocada à margem, desempenha um papel cada vez mais importante, independentemente das distintas realidades em termos de geografia e quadros socioculturais. À luz do pensamento de Oosterbeek (2010), chamamos a atenção para olharmos experiências em outras regiões do planeta onde as ações educativas com foco no patrimônio cultural são desenvolvidas.

Entendemos que abrir esse horizonte é preponderante para percebermos como, nas diferentes partes do planeta, as pessoas estão engajadas na defesa e difusão do patrimônio cultural, tendo como mote central os Programas Educativos em sinergia com as comunidades.

Para ilustrar tal discussão, selecionamos quatro experiências desenvolvidas por instituições não governamentais em regiões (continentes) socioculturais e geograficamente distintas do globo terrestre, são elas: Europa, América do Norte e América do Sul. Frisamos que esses casos, de maneira alguma, visam a esgotar a presente discussão.

Reino Unido: O Conselho British Archeology (CBA) do Reino Unido, uma associação não governamental educacional, atua há quase setenta anos, com foco na pesquisa aplicada, com objetivos de avançar o estudo e a prática da arqueologia, promover a educação do público em arqueologia, realizar e comunicar os resultados de pesquisas relevantes e avançar a compreensão pública e cuidados com o ambiente histórico. Mantém parcerias com mais de quinhentas organizações do patrimônio cultural, abrangendo o Estado, governo local, museus, acadêmicos e voluntários.

A CBA investe fortemente em Programas de Arqueologia Pública com o título Arqueologia para Todos. O Programa Festival de Arqueologia é o carro chefe da CBA, um evento anual desenvolvido em museus, organizações não governamentais, parques nacionais, universidades e comunidade em geral. São diversas atividades desenvolvidas,

desde escavações, oficinas, visitas guiadas em locais de referências culturais, palestras, entre outros. Segundo dados atuais, mais de mil eventos acontecem todos os anos no Reino Unido, oportunizando diálogos com a sociedade acerca do patrimônio cultural.⁴

Canadá: A Saskatchewan Archeological Society (SAS) é uma associação dedicada à educação e à conservação arqueológica, desenvolve diversos programas educativos com as comunidades do Canadá, com destaque para o Programa ArcheoCaravan.

O Programa, iniciado em 2012, foi projetado para ajudar os museus de Saskatchewan com suas coleções em termos de identificação, interpretação e educação de grupos escolares e público em geral sobre o patrimônio arqueológico da província. As ações incluem palestras, formação de educadores, ateliers de arte rupestre e cerâmica. A SAS tem um programa para incorporar o ensino da arqueologia nos planos de aula das escolas com ferramentas didáticas: guias de aprendizagem, sugestões de inclusão do tema nas aulas de educação artística, matemática, ciências sociais, entre outras, com diversos recursos didáticos que podem ser acessados *online* pelos professores.⁵

Estados Unidos: A Archeological Institute of American (AIA) é uma organização sem fins lucrativos da América do Norte dedicada ao mundo da arqueologia. Fundada em 1879, conta com cerca de 210 mil membros. O objetivo da organização é promover a investigação arqueológica e a compreensão do público sobre a cultura material do passado humano para estimular apreciação da diversidade cultural.

Dentro dos seus diversos programas, a AIA criou o Departamento de Programas em Educação e Preservação para a criação de ferramentas de difusão da arqueologia. No dia 15 de outubro de cada ano (Dia Internacional da Arqueologia), a AIA promove uma grande feira de arqueologia, em todo os Estados Unidos e Canadá com uma série de atividades, como escavações experimentais, aulas guiadas e palestras nas escolas com atividades lúdicas. Essa iniciativa começou no ano de 2011, abarcando 37 estados dos EUA e quatro da província do Canadá. No ano seguinte, o evento cresceu abarcando 275 eventos, em 49 estados dos EUA e oito províncias do Canadá, ultrapassando,

⁴ Ver <http://new.archaeologyuk.org/discover>.

⁵ Ver <http://www.saskarchsoc.ca/archaeocaravan>.

inclusive, o território norte-americano para chegar à Austrália, Egito, França, Alemanha, Irlanda e Emirados Árabes Unidos.⁶

Com esse crescimento exponencial, ultrapassando as fronteiras geográficas dos Estados Unidos, a Feira de Arqueologia liderada pela AIA, denominada de Dia Internacional da Arqueologia, é realizada em todo o mundo contando com uma rede internacional de colaboradores. O Instituto Olho D'Água no Piauí, presidido pela autora em epígrafe, foi integrado a essa rede no ano de 2016.

Atualmente, gestores patrimoniais de três continentes, incluindo a autora, vêm discutindo por meio de *conference call* um sistema de avaliação que melhore a prática educativa de suas ações.

Brasil: O Instituto Olho D'Água é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2013, no município de Coronel José Dias, na área envoltória do Parque Nacional Serra da Capivara (Patrimônio Cultural da Humanidade) no Piauí.

Surgiu de um projeto científico com foco na arqueologia pública/colaborativa, com objetivo de promover, realizar e divulgar estudos relacionados às comunidades tradicionais, por isso desenvolve pesquisa, atividades de registro de memória e programas educativos, com destaque para o Projeto de Oficinas Culturais Arte na Serra: Educação sempre dá certo – com atividades de arqueologia experimental; o blog colaborativo da comunidade; o projeto Criando e Recriando um Ambiente Sustentável na produção conjunta com as escolas públicas de cartilhas patrimoniais; o projeto Biblioteca Animada, entre outros. Essa iniciativa tem oportunizado a apropriação e fruição, além de empreender medidas de sustentabilidade cultural nessa comunidade de apenas 4.451 habitantes (RODRIGUES, 2014; 2016).⁷

Diante dessa explanação, fica claro que os Programas Educativos estão cada vez mais integrados às práticas de preservação, apropriação e fruição do patrimônio cultural, sendo eles um dos carros-chefes nas agendas de políticas culturais em todo o mundo. Ademais, por não seguir um conjunto homogêneo (cada contexto é único), a práxis desses programas tem sido objeto de recorrentes análises, em busca de estratégias integradas que estejam cada vez mais aderentes aos anseios da sociedade contemporânea.

⁶ Ver <https://www.archaeological.org>.

⁷ Ver <http://documentoculturalolhodagua.ning.com>.

Nesse sentido, é recomendado avaliar os melhores instrumentos, práticas e produtos favoráveis a cada comunidade trabalhada, de acordo com seu contexto histórico cultural e suas demandas. O constante monitoramento participativo e continuado das ações e de seus resultados, ao longo dos programas, tende a realizar os ajustes em busca de uma melhoria continuada, potencializando a comunicação entre os diferentes grupos de interesses na (re)valorização da cultura e respeito à diversidade cultural.

Pontos de destaque: algumas considerações

Em termos legais, é inegável afirmar os esforços empreendidos para o fortalecimento e preservação do patrimônio cultural nas políticas culturais no Brasil, dos quais a inserção de programas educativos tem assento prioritário.

Essa série de normativas, leis, decretos e portarias proporciona o entendimento de que os processos de pesquisa, proteção, (re)conhecimento, preservação e fruição do patrimônio cultural (material e imaterial) sem o envolvimento simétrico com a sociedade não é mais possível.

No contexto formal e informal do ensino educacional, diversas experiências são realizadas cada vez mais focadas na construção colaborativa do conhecimento para o fortalecimento da identidade cultural dos povos. Estudos de casos em contextos distintos do globo terrestre foram aqui ilustrados, mostrando a responsabilidade social assumida pelos técnicos e pesquisadores.

Nesses termos, Santos (2008) afirma a relevância da participação das pessoas envolvidas nos processos de reconhecimento patrimonial, uma vez que o valor cultural das referências provém da concentração de significados detectados em todo grupo social. E enfatiza que o valor a um determinado bem não deve ser dado somente pelos técnicos especializados, mas, sobretudo, por diferentes segmentos da população.

Reforçamos, portanto, a importância da criação de programas educativos integrados com um *design* de continuidade, nos quais se prevê resultados em curto, médio e longo prazo, no nível formal e informal do ensino, na formatação de uma política patrimonial de investigação, proteção e conservação dos bens culturais, de maneira que se crie um sistema de gestão integrado, em que as comunidades possam participar ativamente das tomadas de decisões e empreender medidas de

sustentabilidade cultural nas suas localidades e/ou regiões, elevando as perspectivas de sucesso e amenização dos riscos culturais.

Referências bibliográficas

ATALAY, Sonya. ‘We don’t talk about Çatalhöyük, we live it’: sustainable archaeological practice through community-based participatory research. *World Archaeology*, v. 42, n. 3, p. 418-429, 2010.

BASTOS, Rossano Lopes. *Preservação, arqueologia e representações sociais: uma proposta de Arqueologia Social para o Brasil*. Erechim: Habilis, 2007.

BRUGNERA, Ana Carolina. *Meio ambiente cultural da Amazônia brasileira: dos modos de vida a moradia do Cabloco Ribeirinho*. Dissertação (Mestrado em Arquetetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. *Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil*. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura), Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015.

CARTA DE NOVA OLINDA. *Documento final do seminário de avaliação e planejamento das casas de patrimônio*. 27 de novembro a 1º de outubro. Chapada do Araripe, Nova Olinda (PE), 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. *Revista dos tribunais*, São Paulo, 1998.

CRUZ, Caroline Silva; JESUS, Simone Silva (2013). Lei nº 11.645/08: A escola, as relações étnicas e culturais e o ensino de história: algumas reflexões sobre a temática no PIBID. *XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372726711_ARQUIVO_Trabalho

XXVIISNH-CarolineSilvaCruzeSimoneSilvadeJesus_corrigeo_.pdf>. Acesso em: 4 out. 2016.

CURY, Isabelle. *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

FLORENCIO, Sonia Rampim *et al.* *Educação Patrimonial: inventários participativos, manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2016.

FREIRE Paulo. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Armed, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.

HORTA, Maria de Lurdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2016.

IPHAN. *Diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das casas do Patrimônio*. Portaria nº 137. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

MEC. *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicas-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

MEC. Ministério da Secretária da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115>. Acesso em: 28 jun. 2016.

MOTTA, Lia; SORGINE, Juliana. A preservação do patrimônio arqueológico no mestrado profissional do IPHAN. In: FUNARI, Pedro Paulo; CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes (eds.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais 1*. Criciúma: Unesc, 2015.

ROBRHAN-GONZALEZ, Erika Marion. A construção do meio ambiente cultural: reflexões e práticas no Brasil. *Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe*, Bogotá, v. 2, p. 75-92, 2013.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Parque Nacional Serra da Capivara: educação, preservação e fruição social – um estudo de caso em Coronel José Dias/Piauí. Dissertação (Mestrado Erasmus Mundus em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2011.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. *A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso*. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SOUZA, Pedro Diniz Coelho. O ensino do patrimônio cultural e a interface com as políticas públicas no Brasil: um debate em construção. VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2016, Rio de Janeiro.

Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Pedagogia crítica e educação emancipatória na escola pública: um diálogo entre Paulo Freire e Boaventura Santos. *IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, 2012. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/225/217>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro. A participação da sociedade na proteção do patrimônio cultural. *Programa Ambiental A Última Arca de Noé*, S/D. <<http://www.ultimaarcadenoe.com.br/patrimonio-cultural/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Recebido em: 11/11/2016
Aprovado em: 19/11/2016